SEMINA
Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF
UPF
PPGH
Programa de Pós-Graduação em História
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

ERA O PL UM PARTIDO REGIONAL? MAPEANDO ELEITORALMENTE O PARTIDO LIBERTADOR DURANTE A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1945-1964)

WAS PL A REGIONAL PARTY? ELECTORALLY MAPPING THE LIBERTADOR PARTY DURING THE BRAZILIAN DEMOCRATIC EXPERIENCE (1945-1964)

¿ERA PL UN PARTIDO REGIONAL? MAPEO ELECTORAL DEL PARTIDO LIBERTADOR DURANTE LA EXPERIENCIA DEMOCRÁTICA BRASILEÑA (1945-1964)

Anderson Vargas Torres[1]

Resumo: O presente artigo pretende mapear a atuação do Partido Libertador (PL) durante a experiência democrática brasileira (1945-1964). É comum a produção acadêmica tratar o PL como um "partido regional" naquele período, devido seu histórico entre 1928 e 1937, quando existiu enquanto um partido regional no estado do Rio Grande do Sul. No entanto, quando Raul Pilla refunda a agremiação em 1945, por exigência da legislação eleitoral de então, o PL precisou expandir-se para outras regiões do território nacional. Partindo dessa premissa, procura-se aqui mapear a nacionalização do PL durante o período democrático entre 1945 e 1964. Demonstra-se, assim, que sua participação não ficara restrita ao estado gaúcho, em que pese não ter obtido, fora do seu estado de origem, o mesmo sucesso eleitoral.
Palavras-Chaves: Eleições. Experiência Democrática (1945-1964). Partido Libertador

Abstract: his article intends to map the performance of the Libertador Party (PL) during the Brazilian democratic experience (1945-1964). It is common for academic production to treat PL as a "regional party" in that period, due to its history between 1928 and 1937, when it existed as a regional party in the state of Rio Grande do Sul. However, when Raul Pilla refounded the association in 1945, as required by the electoral legislation of that time, the PL needed to expand to other regions of the national territory. Based on this premise, the aim here is to map the nationalization of the PL during the democratic period between 1945 and 1964. It is shown, therefore, that his participation was not restricted to the state of Rio Grande do Sul, although he did not obtain, outside his state of origin, the same electoral success.
Keywords: Elections. Democratic Experience (1945-1964). Libertador Party

Resumen: Este artículo pretende mapear el desempeño del Partido Libertador (PL) durante la experiencia democrática brasileña (1945-1964). Es común que la producción académica trate

al PL como un "partido regional" en ese período, debido a su historia entre 1928 y 1937, cuando existía como partido regional en el estado de Rio Grande do Sul. Sin embargo, cuando Raúl Pilla refunda la asociación en 1945, tal como lo requería la legislación electoral de la época, el PL necesitaba expandirse a otras regiones del territorio nacional. Partiendo de esta premisa, el objetivo aquí es mapear la nacionalización del PL durante el período democrático entre 1945 y 1964. Se demuestra, por tanto, que su participación no se limitó al estado de Rio Grande do Sul, aunque no obtuvo, fuera de su estado de origen, el mismo éxito electoral.
Palabras-clave: Elecciones;.Experiencia Democrática (1945-1964). Partido Libertador.

Considerações Iniciais

> (...) Observem que não condeno a existência de partidos só porque sejam pequenos. Pode ser pequeno, desde que sua existência não se limite ao fato meramente jurídico do seu registro (...). Aqui no nosso Estado, tivemos o Partido Libertador *que, de certa forma, era apenas, regional*. Mas que grande partido ele foi! (...). (DUARTE, 1996, p.553. Itálicos nossos).

O excerto acima, feito pelo jornalista e ex-deputado estadual gaúcho José Bacchieri Duarte, traduz uma imagem que foi construída sobre o Partido Libertador (PL) não apenas no campo jornalístico, mas também na produção acadêmica sobre o período da República Democrática (1945-1964). Desde autores como Benevides (1981), em seu estudo sobre a União Democrática Nacional (UDN), na qual se refere ao tradicional aliado udenista no Congresso Nacional como um partido fortemente regional e produções importantes da Ciência Política brasileira sobre o período como Soares (2001), que o tratam taxativamente como *estadual/regional*, passando por trabalhos clássicos sobre a política do período no Rio Grande do Sul como Bodea (1992) e Cortés (2007) e mesmo um dos poucos trabalhos específicos sobre os libertadores, como o de Taufer (2008), enfatizam o PL como um partido com bases no Rio Grande do Sul e pouca atenção dão a atuação do mesmo em outros locais do país. Tal representação deriva de, ao menos, dois fatores: o primeiro é que o PL foi um dos poucos partidos que tiveram existência antes do golpe do Estado Novo, em 1937, que conseguiu ressurgir na democracia de 1945. Um fato surpreendente, uma vez que até então, sua existência era restrita ao território sul-rio-grandense. E, segundo, em consequência disso, suas principais lideranças políticas eram dessa unidade federativa e os seus melhores resultados eleitorais também ocorriam no Rio Grande do Sul.

No entanto, a partir do Decreto-Lei 7856, de 1945 – a Lei Agamenon, que regularizou a vida partidária a partir de 1945 - as agremiações partidárias deveriam obrigatoriamente serem nacionais. A ênfase dada ao regionalismo libertador obscurece as tentativas que a agremiação

fez no sentido de expandir-se. E ao buscar ampliar sua capilaridade, buscava também o PL ser mais presente no sistema político nacional, apresentando-se como ator importante nesse cenário. O PL pretendia abranger outros territórios, apesar das dificuldades que teria por ser um partido de pequeno porte e muito vinculado ao Rio Grande do Sul. De qualquer forma, comemorava novas adesões, como nesse trecho do editorial *Expansão libertadora,* do periódico vinculado ao PL, *O Estado do Rio Grande*, publicado no fim de março de 1954:

> Mercê de sua retilínea conduta, da inflexível fidelidade aos ideais democráticos, da pureza e superioridade da atuação política e, marcadamente, da *projeção do seu grande líder Raul Pilla* – o Partido Libertador vai progressivamente se impondo no cenário nacional, *conquistando dia a dia novas e mais dilatadas fronteiras*. No Estado do *Rio de Janeiro*, por exemplo, sob a presidência do velho e intemerato batalhador que é *Maurício de Lacerda*, acaba de se constituir um novo Diretório Estadual. Em *São Paulo*, uma brilhante plêiade de homens de bem, de variadas classes sociais, se mostra disposta a ingressar na arena política formando outra seção libertadora. No *Distrito Federa*l, um líder católico da envergadura do professor *José Fernando Carneiro* e um líder político da categoria do dr. *Xavier D'Araújo*, fundador da U.D.N. e ex-vereador carioca, além de outras valorosas adesões, estão projetando a bandeira do P.L. e assegurando seu desenvolvimento acima das melhores expectativas. Por último, registra-se o ingresso, nos quadros da *seção baiana*, do pugilo de estadistas e políticos que constituíram o glorioso movimento autonomista daquele Estado. São figuras do valor de um *Otávio Mangabeira*, campeão intemerato de democracia cuja honestidade exemplar tem desafiado, por decênios, o despeito de todos os adversários, se que jamais nada lhe pudesse ser imputado ao ilibado caráter; de um *Nestor Duarte* e de um *Aloísio de Carvalho*, professores da Faculdade de Direito de Salvador, deputado o primeiro e senador o último; de *um Luís Viana Filho* e de um *Nelson Carneiro*, ambos deputados, de vida pública e privada igualmente sem jaça. Nenhum partido brasileiro deixaria de se sentir ufano em receber próceres deste quilate e a preferência deles às falanges libertadoras constitui penhor de que o Partido cresce em número e avulta em proporções, sem decair das exigências morais que representam a sua mais harmoniosa característica.[2]

Nota-se a preocupação do editor em demonstrar o avanço do partido, ainda mais citando nomes que estavam vinculando-se ao PL e que tinham alguma projeção no centro do país, como Maurício de Lacerda – pai de Carlos Lacerda e com atuação política desde a Primeira República – Otávio Mangabeira, Nestor Duarte, Nelson Carneiro, Xavier D'Araújo e outros, além de ressaltar a existência de diretórios em lugares como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal – então a cidade do Rio de Janeiro, capital à época do Brasil – e Bahia. Mais ainda, destaca-se o capital político de Pilla, bem como sua rede de relações, que facilitava a adesão de outros membros ao PL. O capital de Pilla era reconhecido como um recurso decisivo para expansão libertadora nesse momento, como ressalta Mem de Sá: "... a partir de 45, depois de Nacional, por força da lei, o Partido Libertador era, fora do Rio Grande, mais conhecido como "o Partido de Raul Pilla" do que propriamente pelo nome..." (SÁ, 1973, p. 132).

Sendo assim, o novo contexto político inaugurado em 1945 e sua legislação eleitoral exigia que os partidos políticos tivessem diretórios em ao menos cinco unidades federativas e o PL buscou atender essa demanda, dentro dos seus limites e da sua organização. Processo esse que poucos partidos do período não tiveram que enfrentar: ao analisar os dados eleitorais de 1945-1964 a partir de fontes até então inéditas, Nicolau (2004) confirmou a tese de Santos (2003) de que apenas três partidos haviam atingido índices de nacionalização partidária, com votos distribuídos de forma equilibrada ao longo do território brasileiro: PSD, PTB e UDN. Logo, a exceção dessas três agremiações, todas as outras - umas mais, outras menos - concentravam seus votos em poucas regiões/unidades federativas.

Mesmo os grandes partidos não escapavam a alguma forma de regionalização, ao menos organizacionalmente. Lavareda (1999) lembra que a ausência de mecanismos de coesão interna partidária levava ao entrincheiramento das forças políticas de determinados partidos nas seções estaduais, tendendo a uma feição de federações descentralizadas:

> Também na esfera da normatização da vida partidária, nota-se a ausência de mecanismos institucionais que contribuíssem para maior coesão interna. Espalhados em um extenso território marcado por grandes desigualdades regionais, os partidos tendiam a reunir no seu bojo a mais variada gama de interesses, nem sempre sintonizados com os respectivos programas, que se entrincheiravam nas diversas seções estaduais. Assumiam, à semelhança da organização política nacional, a feição de *federações* (LAVAREDA, 1999, p.143. Itálicos nossos).

Logo, o PL não era um partido que se diferenciava dos outros nesse sentido. Assim como muitas outras agremiações, tinha, de fato, uma base mais vigorosa em seu estado de origem[3] – o que é simbolicamente mais importante tratando-se de uma sigla que ressurgia, herdeira de uma tradição anterior, de partidos regionais – mas que buscou atuar de acordo com as regras impostas naquele momento.

Os dados eleitorais dos 1945-1964 nos permitem enxergar onde se deu essa difusão dos libertadores e com qual intensidade. Pretende-se, dessa forma, mapear essa atuação a partir das fontes eleitorais disponíveis[4].

O desempenho eleitoral nacional do PL

Em nível federal, o Diretório Nacional do PL sempre se aliou a uma das candidaturas presidenciais: em 1945[5], apoiou, ao lado da UDN, do Partido Republicano (PR) e do Partido da Representação Popular (PRP)[6], a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Em 1950[7], voltaria a apoiar o militar udenista, ao lado da UDN e do PRP[8]. Já em 1955[9], os libertadores

formalizaram aliança ao lado de Partido Democrata Cristão (PDC), UDN e Partido Socialista Brasileiro (PSB), a chamada "Frente de Renovação Nacional", em sustentação a candidatura de Juarez Távora. Por fim, em 1960[10], última eleição presidencial antes do golpe civil-militar de 1964, o PL deu suporte, ao lado de Partido Trabalhista Nacional (PTN), UDN, PDC e PR a Jânio Quadros. Das quatro candidaturas, a de Quadros foi a única em que o PL esteve entre os vencedores do pleito presidencial.

Com relação aos pleitos nos estados, o Quadro 1 permite ver quantas participações houve dos libertadores entre 1945-1965. Considera-se como participação a presença de candidatos aos pleitos majoritários ou proporcionais, assim como a presença do partido em coligações, dados que indicam a existência de diretórios nessas unidades federativas:

Quadro 1 – Participações Eleitorais do PL nos pleitos estaduais entre 1945 e 1965

Estado	Região	Participação Eleitoral	Eleições[11]
Rio Grande do Sul	Sul	6	45, 47, 50, 54/55, 58/60, 62
Maranhão	Nordeste	6	45, 47, 50, 54/55, 58/60, 62
Pernambuco	Nordeste	5	47, 50, 54/55, 58/60, 62
Bahia	Nordeste	4	50, 54/55, 58/60, 62
Distrito Federal/Guanabara[12]	Sudeste	4	50, 54/55, 58/60, 62
Paraíba	Nordeste	4	50, 54/55, 58/60, 62
Piauí	Nordeste	3	45, 47, 54/55
Pará	Norte	3	50, 54/55, 62
Paraná	Sul	3	50, 54/55, 58/60
São Paulo	Sudeste	3	50, 54/55, 58/60
Rio de Janeiro	Sudeste	2	54/55, 62
Santa Catarina	Sul	2	54/55, 58/60
Amazonas	Norte	2	58/60, 62
Minas Gerais	Sudeste	2	58/60, 62
Ceará	Nordeste	1	45
Guaporé/Rondônia[13] (Território Federal)	Norte	1	58/60
Alagoas	Nordeste	1	62
Goiás	Centro-Oeste	1	62
Acre[14] (Território Federal)	Norte	0	
Amapá (Território Federal)	Norte	0	
Espírito Santo	Sudeste	0	
Mato Grosso	Centro-Oeste	0	
Rio Grande do Norte	Nordeste	0	
Sergipe	Nordeste	0	

Rio Branco (Território Federal)	Norte	0	

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: TSE, *Estatísticas eleitorais;* Repositório digital TSE.

Importante ressaltar que participação eleitoral não significa dizer sucesso eleitoral: em muitos casos, o partido tinha uma participação bastante limitada como em Santa Catarina e em São Paulo, em que o PL apenas lançou candidatos próprios a deputados estaduais, e não esteve presente sequer em alianças nos outros pleitos, como para governador e para senador. Todavia, indicava que havia alguma mobilização, mesmo que pequena, de libertadores naqueles lugares. Uma possível explicação para o insucesso do PL em outros estados é que precisou disputar o eleitor antigetulista, crítico ao trabalhismo e que era fortemente vinculado à UDN. Como lembra Bodea (1992, p. 18), no estado sul-rio-grandense, o PL ocupou esse espaço ao ter a vantagem de sua tradição política anterior, uma variável que permitiu ao partido ocupar esse espaço e essa fatia eleitoral, inibindo a atuação udenista em solo gaúcho. Por outro lado, nas outras regiões, a UDN tinha lideranças de peso, e o PL tinha poucos recursos para disputar esse eleitorado.

De qualquer forma, a tabela indica algumas questões: o Rio Grande do Sul foi o local em que PL esteve presente em todas as campanhas entre 1945 e 1965, mas surpreende saber que isso ocorreu também no estado do Maranhão. Já em 1945, por exemplo, os libertadores maranhenses tiveram dois candidatos ao senado: João Marcelino da Silva Teixeira e Othelo Rodrigues Franco, mas nenhum deles obteve sucesso[15].

Chama a atenção também a participação do partido nos estados do Nordeste: além do Maranhão, o partido tinha participação considerável em Pernambuco, na Bahia e na Paraíba. Os dois últimos casos tiveram a favor dos libertadores as disputas internas entre as elites políticas desses locais que acabaram tornando o PL um esteio para essas dissidências, especialmente oriundas da UDN: na Bahia, a entrada de Octávio Mangabeira[16] e seu grupo autonomista – grupo que se opôs a Vargas desde a Revolução de 1930 e que rompeu com outra liderança udenista local, Juracy Magalhães, deu densidade ao PL, já na Paraíba, a adesão de José Américo de Almeida[17], também dissidente da UDN, garantiu importantes resultados aos libertadores naquele estado. Por outro lado, as outras unidades federativas do Sul do país, Santa Catarina e Paraná, não possibilitaram espaços para um avanço libertador: no primeiro caso, a UDN já ocupava o espaço antitrabalhista (CARREIRÃO, 1988), e no segundo, além da UDN, o PDC e o PR contavam com apoio desse eleitorado mais conservador (BATISTELLA, 2015).

A tabela também demonstra que foi a partir dos anos 1950, especialmente em 1954, em que aumenta o número de estados em que o PL passa a ter alguma atuação eleitoral. É o caso da Bahia, em que o partido começa a atuar em 1950 – em coligação com o PSD apenas no pleito para deputados estaduais e seguiu até 1962. No Pará, iniciou em 1950, o partido não atuou no pleito de 1958, mas reapareceria em 1962.

Mesmo locais em que o partido teve inexpressiva atuação ou mesmo não teve registro de participação, não significava que não houvessem tentativas de estabelecer um diretório: o caso do Mato Grosso aponta nesse sentido. Em 1956, Raul Pilla, presidente nacional do PL durante todo o período democrático, enviou carta a Mário Caravello, um construtor gaúcho que morava na cidade mato-grossense de Ponta Porã, questionando se ele tinha mesmo interesse em abrir um diretório naquele estado. Na carta, Pilla narra as dificuldades que encontrava para estabelecer uma sede no Mato Grosso:

> Pelo nosso companheiro, sr. Dirceu Ferreira, soube eu da disposição, em que está o amigo, de promover a fundação do Partido Libertador nesse Estado.
>
> Na verdade, é esta uma antiga preocupação. Há anos dirigi-me ao nosso velho e dedicado companheiro, sr. Laudelino Barcelos, que foi prestigioso chefe libertador em Tupanciretã e depois se transferiu para esse Estado, em Campo Grande, mas ele já ingressara na UDN, que não poderia abandonar, em virtude da solidariedade criada pelas lutas locais.
>
> Posteriormente, aqui esteve, no Rio, o dr. Jaime Ferreira de Vasconcelos, advogado e proprietário de um jornal em Campo Grande, a quem autorizamos a tratar da fundação do Partido. Sucedeu, porém, que ele foi exercer uma comissão no Pará e abandonou temporariamente o Estado.[18]

Outra possibilidade de ver o desenvolvimento do PL em termos de participação eleitoral é através da análise por ano/ ciclo eleitoral. A Tabela 1 demonstra o crescimento da presença libertadora nos estados:

Tabela 1: Participações eleitorais do PL por ciclo eleitoral

Período eleitoral	N° Estados com presença do PL no pleito	Estados
1945	4	CE, MA, PI, RS
1947	4	MA, PE, PI, RS
1950	9	BA, DF, MA, PA, PB, PE, PR, RS, SC
1954/55	12	BA, DF, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RS, SC, SP, MA
1958/60	12	AM, BA, DF, PB, PE, RS, SC, PR, RO, MG, PR, MA
1962/65	12	AL, AM, BA, GB, GO, MA, MG, PA, PB, PE, RJ, RS

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: TSE. *Estatísticas eleitorais;* Repositório digital do TSE.

Nota-se que nas primeiras eleições, ainda em meio a transição democrática, o partido conseguiu participar em apenas 4 estados – excetuando-se o próprio pleito federal de 1945, em que, como já foi destacado, o PL era parte da aliança em torno de Eduardo Gomes. Em 1950, houve um salto: o PL atuou em 9 estados, sendo que em alguns teria participação ao longo de toda a República Democrática, como a Bahia, o Distrito Federal/Guanabara, a Paraíba e o estado de Pernambuco, que já teve diretório libertador atuando em 1950. Entre 1958 e 1960 e entre 1962 e 1965, o partido esteve presente em 12 estados e territórios federais. Surgiu diretórios – ou pelo menos passaram a atuar formalmente - nos estados de Amazonas, Minas Gerais e mesmo no então território de Rondônia, que lançou um candidato libertador à Câmara Federal[19]. Em 1962, o PL teve uma bem-sucedida participação em Alagoas[20], e também atuou pela primeira vez no estado de Goiás.

E quais foram os resultados nesses pleitos? De fato, pouco expressivos, afinal, o PL tinha sua capacidade mobilizatória muito restrita, a sua base regional era o Rio Grande do Sul e encontrou pouco espaço nas outras regiões enquanto representante dos partidos nascidos sob égide do antigetulismo: tal papel era ocupado pela UDN, na maioria dos estados, ou pelos diretórios rebeldes do PSD[21]. No entanto, isso não significa que não houve algumas conquistas, ainda que poucas. Conquistas que mantiveram o partido entre as pequenas siglas existentes no período. As eleições proporcionais para a Câmara Federal demonstram esse fato, como mostra a Tabela 3:

Tabela 2: Participação do PL nas eleições para a Câmara Federal

Eleição	N° Estados com candidatos do PL	Nº Estados com eleitos pelo PL	Cadeiras/Estados
1945	4	1	1 (RS)
1950	7	3	5 (RS - 2, PB-2, PE-1)
1954	7	3	8 (RS-3, BA-3, PB-2)
1958	5	2	3 (RS-2, PE-1)
1962	4	2	5 (RS-3, AM-2)

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: TSE, *Estatísticas Eleitorais*; TSE, Repositório digital, votação por candidato, eleições de 1945, 1950, 1954, 1958 e 1962.

Nota-se que o Rio Grande do Sul foi o único estado em que o PL conseguiu eleger ao menos um deputado federal em todas as legislaturas do período democrático inaugurado em 1945. O auge, no entanto, deu-se nos pleitos de 1950 e 1954, em que o partido lançou candidaturas em 7 estados e conseguiu eleger em 3, sendo em que em 1954 atingiu sua maior

bancada, com 8 deputados federais[22]. Em 1958 houve uma regressão para 5 estados com candidatos e em apenas 2 com eleitos, em 1962, repetiu-se o número de estados com eleitos, 2 e diminuiu mais um estado com candidaturas. A evolução pode ser explicada pela expansão partidária. Em 1945, o partido surgiu ainda praticamente baseado apenas no estado rio-grandense. Ainda que tenha participado em quatro estados (Ceará, Maranhão, Piauí, além do Rio Grande do Sul) foi apenas no estado sulista que conseguiu eleger seu único representante: Raul Pilla, que iria ser reeleito até o pleito de 1962. Para se ter ideia da diferença entre o estado sulista e os outros com envolvimento libertador e o pleito de 1945, no Rio Grande do Sul o partido teve 57341 votos, contra 6017 dos outros 3 estados somados[23]. Em outras palavras, 90% dos votos do PL para a Câmara Federal foram gaúchos, e a apenas 10% nos outros estados em que o partido apresentou concorrentes às cadeiras legislativas federais[24].

Em 1950, o partido já estava presente em 7 estados nessa modalidade eleitoral: lançou candidatos sem alianças no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, e como parte de alianças no Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Paraná. Reelegeu Raul Pilla e levou â Câmara para o seu primeiro mandato José Pereira Coelho de Souza, que se reelegeria até o pleito de 1958. Além dos dois representes gaúchos, elegeu também dois congressistas paraibanos - Antônio Pereira Diniz[25] e Elpídio Josué de Almeida[26] e um pernambucano – Pedro Joaquim de Sousa[27]. Na Paraíba, o partido concorreu aliado ao PSD, que elegeu outros 4 representantes, somando-se 6 eleitos pela aliança, já em Pernambuco o PL fazia parte da coligação com UDN, PR, PRP, PDC e PTB, que elegeram outros 9 deputados naquela eleição.

Já 1954 foi o auge libertador na competição por cadeiras na Câmara: o partido elegeu 8 deputados federais, iniciando aquela legislatura como a 6º maior bancada do legislativo federal[28]. Pilla e Coelho de Souza se reelegeriam pelo Rio Grande do Sul, estado em que a agremiação ganhou mais um representante: Edgar Luís Schneider[29]. Na Bahia, em que o partido fazia parte de uma coligação que envolvia ainda PSD e PRP, foram eleitos 11 representantes, dos quais 3 eram libertadores: Octávio Mangabeira[30], Nestor Duarte[31] e Luiz Viana Filho[32]. Na Paraíba, Antônio Pereira Diniz conquistou um segundo mandato pela legenda e teve a companhia de Plínio Lemos[33]. Nesse estado, o PL elegeu 2 dos 6 representantes eleitos em aliança com o PSD. Além dessas unidades federativas, o PL lançou nomes no Distrito Federal – em chapa pura, ou seja, sem alianças – Maranhão, Pará, Pernambuco e Paraná.

A partir de 1958, percebe-se uma diminuição da atuação do PL na eleição proporcional federal: o partido conseguiu eleger apenas 3 deputados federais naquele ano - Pilla e Coelho de Souza, novamente reeleitos, no Rio Grande do Sul e Geraldo Guedes, em Pernambuco. O último conquistou a vaga entre os 13 eleitos da aliança que unia PL, PSD, PDC, Partido Republicano Trabalhista (PRT) e Partido Social Trabalhista (PST). Além dessas unidades federativas, o PL esteve presente com candidatos no Distrito Federal, na Paraíba e no então território federal de Rondônia. Em 1962, a bancada libertadora voltou a crescer, embora não com os mesmos números de 1954: foram eleitos 5 deputados federais: Raul Pilla, Carlos de Brito Velho e Norberto Schmidt no Rio Grande do Sul – esse foi o único pleito para deputados federais que o PL não lançou candidatos em chapa pura no seu estado de origem, fazendo parte da coligação Aliança Democrática Popular (ADP) com UDN, PRP e PDC, que elegeram mais 4 representantes. O partido ainda elegeu 2 representantes no estado de Amazonas: Paulo Ramos Coelho[34] e Djalma Vieira Passos[35]. O PL já havia lançado nomes no pleito de 1958 naquela unidade federativa, embora não para o legislativo federal. Além desses dois estados, ainda teve candidaturas, em alianças, no Pará e em Minas Gerais – outro local em que o partido fazia sua estreia em pleitos legislativos federais.

Com relação aos pleitos para deputados estaduais, a presença libertadora foi maior do que nos pleitos legislativos federais. A Tabela 4 apresenta o desempenho libertador nessas votações:

Tabela 3: Participação do PL nas eleições para as assembleias legislativas estaduais[36]

Eleição	N° Estados com candidatos do PL	Nº Estados com eleitos pelo PL	Cadeiras/Estados
1947	4	1	5 (RS)
1950	8	5	20 (RS-6, PB-5, PE-5, BA-3, SP-1)
1954	11	5	20 (RS-7, BA-5, PB-5, DF-2, SP-1)
1958	6	4	15 (RS-7, BA-3, DF-3, SP-2)
1962	10	8	27 (RS-6, AL-5, AM-3, MA-3, MG-3, BA-3, GB-2, PB-2)

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: TSE, *Estatísticas Eleitorais*; TSE, Repositório digital, votação por candidato, eleições de 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962.

Nas eleições legislativas estaduais, era mais comum o PL lançar chapas puras, sem coligações, embora essas também estivessem presentes. Na primeira eleição, em 1947, o partido só conseguiu eleger representantes na sua base principal, o Rio Grande do Sul, ainda que tenha lançado candidatos também no Maranhão, Piauí e Pernambuco. Foram apenas 5 eleitos. Já em

1950, o partido elegeu ao menos 20 deputados estaduais, destacando-se, além do Rio Grande do Sul, os estados da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e de São Paulo. Nesse ano, o partido ainda lançou nomes no Paraná e no Maranhão, ambos em coligações, mas não foi possível identificar se houve eleitos ligados aos libertadores.

Em 1954, o PL manteve o número de 20 deputados estaduais eleitos pelo país, com destaque ao Rio Grande do Sul, com 7, e a continuidade da atuação do partido nas assembleias legislativas baiana, paraibana e paulista. O partido ainda elegeu dois vereadores no Distrito Federal. 1954 foi o ano que o partido esteve presente em mais estados nos pleitos legislativos estaduais: além dos citados, teve postulantes no Pará, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Em 1958, houve uma queda tanto no número de estados com candidatos como de eleitos: foram 6 estados, e em 4 houve representantes libertadores escolhidos para atuar. Além de Rio Grande do Sul, Bahia, Distrito Federal e São Paulo, o partido postulou o cargo no Amazonas e na Paraíba – em que a coligação com a UDN elegeu 11 deputados estaduais, mas não foi possível detectar se algum dos eleitos era do PL.

Na eleição de 1962, o PL voltou a ter um bom desempenho, elegendo 27 deputados – o partido com mais deputados estaduais eleitos naquele pleito fora o PSD, com 207 – distribuídos por 8 estados: Rio Grande do Sul, Alagoas, Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Guanabara e Paraíba. Ainda teve candidatos no estado do Pará e no Rio de Janeiro.

Para encerrar a apresentação desses dados, cabe destacar brevemente sobre as candidaturas majoritárias (governadores, senadores, suplente de senadores e vice-governadores) e as municipais. No primeiro caso, o PL não tinha costume de apresentar muitos candidatos. Era mais interessante as alianças, com a perspectiva da obtenção de cargos e maior poder político. O caso do Rio Grande do Sul, nesse sentido, é importante: o PL lançou candidatos ao governo estadual em 1947 e 1950, depois aliou-se a outros partidos da mesma esfera – antigetulistas - abrindo mão das chances de eleger um governador, ao menos momentaneamente, tendo em conta que o PSD era um partido mais estruturado e que tinha mais chances de alcançar o poder estadual. Além da identificação com alguns pontos em comum entre as agremiações na luta política, havia também o interesse em alcançar maior poder político. Tratava-se de uma tática plausível para um partido de menor tamanho como era o PL atingir melhores posições de poder.

Quadro 2 – candidatos do PL a cargos majoritários entre 1945 e 1965

Candidato	Eleição	Estado	Cargo	Situação Eleitoral
João Marcelino da Silva Teixeira	1945	Maranhão	Senador	Não-eleito
Othelo Rodrigues Franco	1945	Maranhão	Senador	Não-eleito
Joaquim Vaz da Costa	1945	Piauí	Senador	Não-eleito
Cícero Portela Nunes	1945	Piauí	Senador	Não-eleito
Décio Martins Costa	1947	Rio Grande do Sul	Governador	Não-eleito
Edgar Luiz Schneider	1950	Rio Grande do Sul	Governador	Não-eleito
Décio Martins Costa	1950	Rio Grande do Sul	Senador	Não-eleito
Carlos de Brito Velho	1950	Rio Grande do Sul	Suplente de Senador	Não-eleito
Virginio Veloso Borges	1952	Paraíba	Senador	Eleito
Antônio Carvalho Guimarães	1953	Maranhão	Senador	Eleito
Virginio Veloso Borges	1954	Paraíba	Senador	Não-eleito
Antônio de Novais Filho	1954	Pernambuco	Senador	Eleito
João Alves da Rocha Loures	1954	Paraná	Senador	Não-eleito
Armando P. da Câmara	1954	Rio Grande do Sul	Senador	Eleito
Basílio Vicente de Castro	1954	Paraná	Suplente de Senador	Não-eleito
Mem de Sá	1954	Rio Grande do Sul	Suplente de Senador	Eleito
Márcio de Menezes	1958	Amazonas	Governador	Não-eleito
Octávio Mangabeira	1958	Bahia	Senador	Eleito
Carlos de Brito Velho	1958	Rio Grande do Sul	Senador	Não-eleito
Aloisio de Carvalho F.	1958	Bahia	Suplente de Senador	Eleito
Virginio Veloso Borges	1958	Paraíba	Suplente de Senador	Não-eleito
Mário Martins	1962	Guanabara	Vice-Governador	Não-eleito
Vasconcelos Costa	1962	Minas Gerais	Senador	Não-eleito
Antônio de Novais Filho	1962	Pernambuco	Senador	Não-eleito
Mem de Sá	1962	Rio Grande do Sul	Senador	Eleito
Amaral Neto	1965	Guanabara	Governador	Não-eleito

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: TSE, *Estatísticas Eleitorais*; TSE, Repositório digital, votação por candidato, eleições de 1945, 1947, 1950, 1954, 1958, 1962 e 1965.

Com relação aos pleitos municipais, a única fonte que permitiu compilar boa parte dos dados foram os livros do TSE de Estatísticas Eleitorais. Mesmo assim, as informações disponíveis não estão completas. Por exemplo, as eleições municipais de 1951 não foram contempladas. Além disso, como cada estado definia o mandato de prefeitos, nem sempre as eleições municipais coincidiam em todos as unidades da federação. Somava-se ainda que os anos dos mandatos dos vereadores também podiam ser diferentes:

> Após a promulgação das Constituições estaduais, dois calendários passaram a coexistir nas eleições para as Câmaras Municipais. Um grupo de estados realizou eleições em 1951, 1955, 1959 e 1963: Amazonas, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Em outros estados elas ocorreram em 1950, 1954, 1958 e 1962: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal (neste, somente até 1958). (NICOLAU, 2012, p. 92).

De qualquer forma, foi possível fazer um levantamento da situação do PL nos pleitos municipais a partir dos dados disponibilizados pelas estatísticas compiladas pelo TSE, ainda que incompletos:

Tabela 4: Número de prefeitos e vereadores eleitos pelo PL em eleições municipais (1947-1963)

Eleição	Estados	Prefeitos eleitos PL	Vereadores eleitos PL
1947	BA, MA, PA, PE, PI, PR, RJ, RS	8 (RS-5, PE-3)	114 (RS-57, PE-30, MA-9, PR-9, RJ-4, PA-4, BA-1)
1955	BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RS, SC, SP	12 (BA-8, PB-3, SP-1)	97 (BA-89, SP-6, SC-2)
1959	BA, CE, MA, PI, PR, RJ, RS, SP	24 (RS-10, SP-7, BA-3, RJ-2, CE-1, MA-1)	106 (SP-55, BA-43, PR-5, CE-3)
1963	MG, PB, PE, PR, RJ, RN, SP	4 (MG-2, PR-2)	34 (PR-19, MG-11, SP-4)

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: TSE, *Estatísticas Eleitorais.*

Destaca-se que faltam informações importantes como do Rio Grande do Sul, em que não há os dados das eleições em 1955 e em 1963. Também não há informações de alguns estados tanto em 1959[37] como em 1963[38]. De qualquer forma, indica a presença do PL em ao menos um estado em que não teve participação nos pleitos estaduais: o Rio Grande do Norte em 1963, embora não tenha obtido sucesso. Outros estados, como Bahia, Paraíba e São Paulo, em que o PL elegia deputados federais e estaduais, conseguia votos, conquistando algumas prefeituras e cadeiras nas Câmaras Municipais. Ressalta-se que o PL ganhou a prefeitura de Campinas (SP), com Rui Hellmaister Novais[39], em 1955 e nas eleições de 1958, venceu em Fortaleza, elegendo o prefeito Manoel Cordeiro Neto e o vice, Aécio de Borba Vasconcelos, e ainda conquistando 3 cadeiras, das 24, do legislativo da capital cearense[40].

Considerações Finais

Era o PL um partido regional? Retomando a pergunta presente no título desse artigo, ela pode ter variadas respostas: se pensarmos no PL anterior a 1945, sem dúvida, tratou-se de um partido regional, todavia, ao analisarmos os dados eleitorais e outras documentações relacionadas ao período após a democratização de 1945, a resposta será não. As fontes aqui

apresentadas e analisadas demonstram que o PL buscou expandir-se durante esse período. Enfrentou dificuldades nesse sentido: diferentemente do Rio Grande do Sul, onde os libertadores já, de certa forma, existiam, uma vez que tinha a memória da atuação partidária anterior à 1937, o mesmo não ocorreu em outras regiões do país. Os dados eleitorais demonstram que houve tentativas de superar esses obstáculos pelos membros dessa agremiação partidária. Considera-se ao menos discutível tratar o PL – e mesmo outros partidos daquele período como *estaduais* ou *regionais*, como posto, por exemplo, por Soares (2001, p.68). Ainda que tivesse sua votação e sua representação política maior no Rio Grande do Sul, o PL buscou ampliar sua organização para outras regiões do país. Se obteve êxito na empreitada, trata-se de uma outra questão. No entanto, o partido procurou mover-se nacionalmente, dentro das suas limitações organizacionais e eleitorais.

O PL buscou posicionar-se nos pleitos presidenciais, em que se colocava claramente como um grupo de oposição a Getúlio Vargas e ao PTB. Tentou inserir-se nas disputas eleitorais estaduais e municipais, com os recursos e capitais políticos que tinha a sua disposição, que, pelos resultados que conquistou, provou-se serem escassos. Ainda que os resultados libertadores estivessem longe dos grandes partidos, os dados aqui propostos esclarecem que o PL procurou difundir-se pelo país, ou seja, nacionalizar-se, não ficando restrito à sua base original, o estado do Rio Grande do Sul. Certamente os obstáculos eram muito difíceis de superar, como a presença já evidente de partidos ideologicamente próximos, mas com estruturação muito mais sólida e maior capilaridade. No entanto, não foi impedimento para os libertadores tentarem se colocar no mercado político, apresentar suas visões de mundo e tentar mobilizar eleitores a partir de suas ideias. Fez uso de artifícios legítimos na luta política como as coligações para alcançar melhores resultados, atraiu lideranças de outras agremiações e procurou atuar dentro das regras do jogo político para ter representatividade e apresentar aos cidadãos suas propostas políticas.

Talvez o mais adequado não seja tratar o PL como um partido regional, mas sim, como um partido pequeno, que atuou dentro dos limites que a legislação e que o jogo político lhes permitiu, assim como tantos outros partidos existentes ao longo da experiência democrática brasileira.

Referências bibliográficas

BATISTELLA, Alessandro. O sistema pluripartidário de 1945-1965 no Paraná: uma análise dos partidos políticos, governos e das eleições no estado. *Revista Tempos Históricos*, Unioeste, vol.19, jun/dez. 2015, pp. 111-150.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo*: ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKSMAN, Sérgio. *O Nordeste e a política:* Diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

CARREIRÃO, Yan. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979).* Sociologia (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

CORTÉS, Carlos. *Política Gaúcha: 1930-1964.* Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

DUARTE, José Bacchieri. *100 anos da política brasileira*. E a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX. Pelotas/RS: Editora Universitária/UFPEL, 1996.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas:* o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 1999.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados. In: *Dados*, vol.47, no 1, 2004.

_____. *Eleições no Brasil:* do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Ovídio. *História, desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia*. Porto Velho: Dinâmica Editora e Distribuidora, 2004.

OLIVEIRA, Yves de. *Otávio Mangabeira.* Alma e Voz da República. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1971.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande.* Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Cálculo do Conflito*: Estabilidade e Crise na Política Brasileira. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2003.

SOARES, Gláucio. *A democracia interrompida.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

TAUFER, Paulo R. *Partido Libertador:* formação e atuação política. (Dissertação de mestrado). São Leopoldo: Unisinos, 2008.

Submetido em: 12/10/2020
Aprovado em: 14/11/2020
Publicado: 11/12/2020

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde 2019, com bolsa CAPES. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017). Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012).
[2] Expansão Libertadora. *O Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, p.2, 29.3.54. (Itálicos nossos).
[3] Assim como o PL, também receberam a alcunha de "regionais" o Partido Republicano (PR), oriundo do antigo Partido Republicano Mineiro (PRM), organização ao qual eram vinculadas as oligarquias mineiras durante a Primeira República e o Período Vargas até a extinção dos partidos, em 1937, e o Partido Social Progressista (PSP), agremiação fundada pelo ex-interventor e governador de São Paulo Adhemar de Barros, ou mesmo o Partido Democrata Cristão (PDC), também com forte base em São Paulo, entre outros (SOARES, 2001, p.68).
[4] Serão usados para a elaboração dos gráficos e tabelas o repositório digital do TSE disponível em http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais, os livros de estatísticas eleitorais publicados também pelo TSE, em oito volumes e disponíveis digitalmente no sítio da Câmara dos Deputados, disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara. Também será utilizado alguns verbetes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) no sítio do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), disponível em: https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb.
[5] Repositório digital do TSE, eleições de 1945.
[6] Aqui, trata-se do Partido Republicano Progressista, fundado por Adhemar de Barros e João Café Filho, e não do Partido de Representação Popular, fundado por Plínio Salgado e herdeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB). O PRP de Adhemar de Barros teve vida efêmera, encerrando suas atividades em 1945, ao fundir-se com o Partido Agrário Nacional (PAN) e com o Partido Popular Socialista (PPS), dando origem, em 1946, ao Partido Social Progressista (PSP), pelo qual Barros e Café Filho seguiram suas carreiras políticas até 1965. Sobre o PRP de Barros: *DHBB*, FGV. Verbete: Partido Republicano Progressista.
[7] Repositório digital do TSE, eleições de 1950.
[8] Aqui, trata-se do PRP de Plínio Salgado.
[9] *DHBB*, FGV. Verbete: Juarez Távora.
[10] Repositório digital do TSE, eleições de 1960.
[11] Sobre as eleições do período, optou-se aqui por considerar como parte do mesmo ciclo as eleições de 1954 e 1955, 1958 e 1960 e de 1962 e 1965. Conforme Nicolau (2012, p.91-92), as constituições estaduais tinham autonomia para definir o tempo de mandato dos governadores e alguns estados optaram por 5 anos. Outros preferiram 4 anos. Dessa forma, nos estados com mandatos de 5 anos, as eleições para o governo estadual não coincidiam com os pleitos para o senado e proporcionais para as assembleias legislativas e para a Câmara dos Deputados. Devido a isso, essas eleições "separadas" para os governos estaduais tornavam-se uma continuação dos pleitos proporcionais e para o senado. Daí a opção por compreendê-las de forma complementar. Os estados que tinham 5 anos de mandato para os governadores eram Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Guanabara, quando surgiu em 1960, também adotou mandato de 5 anos para o governador eleito.
[12] Quando ocorreu a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, a antiga capital tornou-se o Estado de Guanabara, permanecendo assim até 1975, quando foi incorporado ao Estado do Rio de Janeiro. IBGE, biblioteca do IBGE, Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/riodejaneiro.pdf
[13] Território Federal fundado em 1943 com o nome de Guaporé. Muda a nomenclatura para Rondônia em 1956. Torna-se uma unidade federativa em 1981. (OLIVEIRA, 2004, p. 75-90).
[14] O Acre foi território federal até 1962. Naquele ano tornou-se uma unidade federativa. IBGE, IBGE cidades, Acre, história. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/historico.
[15] Naquele pleito, os senadores eleitos foram Clodomir Cardoso e Antônio José Pereira Jr., ambos do PSD. Forma 8 candidatos para 2 vagas e os libertadores ocuparam as duas últimas posições. Para se ter ideia da diferença de votos, o 2º colocado e eleito Antônio José Pereira Jr. Obteve 43.507 votos. João Marcelino Teixeira obteve apenas 537 enquanto Othelo Rodrigues Franco conquistou 506. Repositório digital do TSE, eleições de 1945.

[16] Sobre o rompimento de Mangabeira com o grupo de Juracy Magalhães na UDN da Bahia, ver Benevides (1981, p. 232-233) e Oliveira (1971).
[17] Sobre o PL paraibano, ver Benevides (1981, p. 234-235) e Camargo, Raposo e Flaksman (1984).
[18] PILLA, Raul. Destinatário: Mário Caravello. Rio de Janeiro, 07/11/1956. Arquivo 002, doc. 2118, NUPERGS/UFRGS
[19] Eduardo Colares foi candidato a única vaga na Câmara dos Deputados a que tinha direito o território federal de Rondônia no pleito de 1958. Colares obteve apenas 44 votos, sendo o 4º e último colocado. O eleito, Aluísio Pinheiro Ferreira, do PTB, conquistou 3660 votos. TSE, *Estatísticas eleitorais*; Repositório digital do TSE, votação por candidato, eleições de 1958.
[20] O PL elegeu uma bancada de 5 deputados estaduais no estado de Alagoas sendo a terceira maior, atrás de PSP, com 9 deputados e UDN, com 7 parlamentares. Empatou em número de deputados com o PDC e PSD e ficou à frente de PTB e PST, com elegeram 2 parlamentares. Na eleição, o partido foi o quinto mais votado, perdendo para PSP, UDN, PSD e PDC. TSE, *Estatísticas eleitorais;* Repositório digital do TSE, votação por partido, eleições de 1962.
[21] Pelo seu caráter federativo, era comum diretórios estaduais pessedistas rebelaram-se contra decisões do diretório nacional. Caso clássico foi o episódio da rebelião dos diretórios do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Santa Catarina contrários a indicação de Juscelino Kubitschek como candidato à presidente em 1955, e em aliança com o PTB (HIPPÓLITO, 2012, p. 152-157). No Rio Grande do Sul, o processo que Bodea (1992) chamou de "desgetulização" pessedista, com a ida das lideranças mais próximas do getulismo para o PTB, facilitou a aproximação do PSD local com o PL, ainda que a relação entre os dois partidos, por motivos diversos, sempre tenha sido tensa. Para Pilla, havia uma condição para se aproximar dos pessedistas, essa agremiação estar afastada do PTB e do getulismo: em carta em que tratava sobre o apoio ou não do PL a candidatura ao Senado do jornalista Assis Chateaubriand na Paraíba, pelo PSD, lembrou ao diretório libertador paraibano que "de nosso lado, nenhuma dúvida temos quanto à aliança com o P.S.D da Paraíba. Onde quer que este partido não seja uma simples ala do partido getulista, justifica-se a aproximação, em benefício da democracia, ameaçada, como está, pela demagogia". PILLA, Raul. Destinatário: presidente do Diretório Regional do PL da Paraíba. Rio de Janeiro, 06/07/1954. Arquivo 002, doc. 1666, NUPERGS/UFRGS.
[22] Nicolau (2004, p. 122) apresenta uma tabela em que consta 10 deputados federais do PL. Como não especificação de quais seriam esses deputados e não se pode ainda ter acesso a outras fontes que confirmem, vai se utilizar aqui a tabela apresentada pelo TSE em suas estatísticas, em que registra os partidos dos deputados federais eleitos em 1954 a partir da própria indicação desses à Câmara Federal. TSE, *Estatísticas Eleitorais*, vol. 3, parte 1, p.99.
[23] Foram 3803 votos no Piauí, 1552 no Maranhão e 662 no Ceará. TSE, *Estatísticas Eleitorais*; TSE, Repositório digital, votação por candidato, eleições de 1945.
[24] Tais dados comparativos de votos do PL no Rio Grande do Sul e outros estados só foi possível para o pleito inaugural da experiência democrática. A partir de 1950, as participações do PL eram majoritariamente em coligações e, nesse caso, os dados não apresentam os votos discriminados por agremiação, uma vez que os registros das candidaturas eram feitos pela coligação, e não pelos partidos aos quais eram filiados.
[25] Advogado formado na Faculdade de Recife (PE) em 1930, Diniz foi prefeito de Campina Grande (PB) e de João Pessoa (PB) durante os anos 1930. Em 1947, pela UDN, elegeu-se suplente de senador e em 1950, já pelo PL, elegeu-se deputado federal e se reelegeu em 1959. Ainda foi suplente de senador em 1966 pelo MDB. *DHBB*, FGV. Verbete: Antônio Pereira Diniz.
[26] Médico formado no Rio de Janeiro, Almeida foi membro do Conselho Municipal de Campina Grande (PB) entre 1929 e 1930. Retornou a política filiado ao PL e elegendo-se prefeito de Campina Grande em 1947, exercendo o cargo até 1950, quando se elegeu deputado federal. Em 1954 foi novamente eleito prefeito campineiro. *DHBB*, FGV. Verbete: Elpídio Josué de Almeida.
[27] Industrial, fora duas vezes prefeito de Caruaru (PE). Trabalhou também na imprensa em Pernambuco. *DHBB*, FGV. Verbete: Pedro Joaquim de Sousa.
[28] A frente do PL estavam: PSD, com 114 deputados federais eleitos; UDN, com 74; PTB com 56; PSP com 32 e PR com 19. O partido ainda estava à frente de PSB, com 3 e PDC, com apenas 2 deputados. Ressalta-se que esses dados se referem ao início da legislatura 1955-1959, não captando as alterações de filiação partidária ocorridas ao longo da mesma. TSE, *Estatísticas Eleitorais.*
[29] A candidatura de Schneider foi uma estratégia do PL gaúcho para garantir uma terceira cadeira na Câmara, uma vez que o próprio Schneider não tinha interesse em lançar candidatura. Pilla propôs a Schneider uma solução intermediaria, que fosse satisfatória ao partido e ao próprio candidato: ele estaria liberado para tirar licenças durante o exercício do mandato e mesmo a renunciar, caso eleito. Em 1956, Schneider de fato renunciou e em seu

lugar assumiu o suplente Lucídio Ramos. PILLA, Raul. Destinatário: Edgar Luís Schneider. Rio de Janeiro, 01/06/1954. Arquivo 002, doc. 1650, NUPERGS/UFRGS.

[30] Mangabeira era uma figura histórica da política baiana: havia sido vereador em Salvador/BA nos anos 1910, depois foi deputado federal (1912-1926) e Ministro das Relações Exteriores durante o governo Washington Luís (1926-1930). Opositor da Revolução de 1930, foi preso e exilado duas vezes durante os anos 1930 e 1940, embora tenha novamente exercido o cargo de deputado federal entre 1934 e 1937. Em 1946, foi um dos fundadores da UDN e elegeu-se governador da Bahia em 1950. No fim do mandato, em 1954, migrou para o PL, partido elo qual se elegeu novamente deputado federal (1955-1959) e senador (1958), cargo que exerceu até seu falecimento, em 1960. *DHBB*, FGV. Verbete: Otávio Mangabeira; OLIVEIRA, 1971.

[31] Advogado e professor, vinculado à Mangabeira, fundou a UDN junto com Mangabeira e elegeu-se por essa legenda deputado federal em 1945 e 1950. Em 1954, migrou para o PL, partido pelo qual se elegeu em 1954. Elegeu-se novamente em 1958, em seu retorno à UDN. *DHBB*, FGV. Verbete: Nestor Duarte Guimarães.

[32] Advogado e jornalista, Viana Filho também era ligado ao grupo de Mangabeira. Foi deputado federal entre 1934 e 1937, ajudou a fundar a UDN baiana em 1945, elegeu-se deputado federal no mesmo ano, reelegeu-se em 1950, 1954 – nesse caso pelo PL -, 1958 – novamente pela UDN – e 1962. Ainda exerceu cargos durante os governos da Ditadura Militar inaugurada em 1964. *DHBB*, FGV. Verbete: Luiz Viana Filho.

[33] Advogado, Lemos iniciou na política nos anos 1930 como assessor de José Américo de Almeida, durante a gestão desse no Ministério de Obras e Viação (1930-1934). Foi deputado federal eleito em 1945, prefeito de Campina Grande (PB) entre 1951 e 1954 e elegeu-se deputado federal novamente em 1954 pelo PL. Ainda foi deputado federal pela UDN e pela ARENA. *DHBB*, FGV. Verbete: Plínio Lemos; CAMARGO; RAPOSO; FLAKSMAN, 1984.

[34] Contador e advogado, Ramos Coelho era senador suplente quando se elegeu deputado federal em 1962 pelo PL. No entanto, em 1963, deixou o partido, aderindo ao PDC. Depois de 1965, filiou-se ao MDB. *DHBB*, FGV. Verbete: Plínio Ramos Coelho.

[35] Djalma Vieira Passos foi policial militar e advogado. Exerceu os cargos de vereador em Manaus e deputado estadual amazonense até a sua eleição para deputado federal em 1962. Embora o verbete relacionado a seu nome no *DHBB* cite PTB como partido pelo qual se elegeu. Nos registros do TSE consta sua eleição em 1962 pelo PL. O que pode ter ocorrido foi a troca de legenda durante o mandato. *DHBB*, FGV. Verbete: Djalma Vieira Passos; TSE, *Estatísticas Eleitorais.*

[36] O Distrito Federal, até 1960, elegia vereadores, embora equivalessem aos deputados estaduais das outras unidades federativas. TSE. *Estatísticas Eleitorais.*

[37] Não constam informações dos estados de Amazonas, Goiás, Pará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe.

[38] Não constam informações dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe

[39] Os dados do TSE apontam que o PL venceu o pleito em Campinas, embora o verbete sobre Novais no *DHBB* afirme que ele pertencia ao PSB, mas que teve apoio do PL. Todavia, no acervo de Pilla há várias referências a Novais e sua participação no PL, bem como o rompimento da mesma em 1957. Um exemplo é a notícia de *O Estado de São Paulo*, de 4 de setembro de 1957, que informa que Novais não aceitou ser candidato ao governo do estado de São Paulo pelo PL. TSE, *Estatísticas Eleitorais*, vol.3, parte, p. 169; *DHBB*, FGV, verbete: Rui Hellmaister Novais. Outra fonte que confirma que Novais era membro libertador é a carta do presidente do Diretório Municipal do PL em Campinas, Paulo de Camargo Ferraz para Pilla. Ferraz afirma que "O nosso partido, felizmente, conseguiu fazer o Prefeito e 3 vereadores, sendo a nossa Câmara composta de 23 vereadores. Por alguns votos, não fizemos 4. A legenda do PL foi a segunda em votação, apenas vencida pelo P.T.B.". FERRAZ, Paulo de Camargo. Destinatário: Raul Pilla. Campinas/SP, 13/10/1955. Arquivo 002, doc. 1975, NUPERGS/UFRGS.

[40] Sobre a eleição de 1958 em Fortaleza, ver TRE-CE, Eleições 1958, resultados. Disponível em: http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201958.pdf. Acesso em: 04/09/2020.